

Neurodivergent Individuals: Challenges and Pathways to Inclusive Healthcare

*Otávio Cruz Sampaio Neto¹;
Lucas Macêdo Bezerra²;
Franciane Gonçalves³;
Tatiana de Menezes⁴;
Hanna Alves Macedo Bezerra⁵*

Abstract: Caring for the health of neurodivergent individuals presents considerable challenges that transcend clinical barriers, encompassing social, cultural, and structural elements. Among the main challenges are the lack of adequate training for professionals to understand the diverse expressions of neurodivergence, the lack of protocols tailored to individual needs, and the persistence of stigma, which hinders equal access to healthcare services. Furthermore, communication and bureaucratic problems exacerbate exclusion and restrict patient autonomy. Conversely, strategies for inclusive care involve the creation of public policies focused on equity, the continuous training of multidisciplinary teams, the promotion of individual-centered practices, and the importance of active listening. It is essential to create accessible and welcoming spaces, along with combating prejudice, to ensure that neurodivergent individuals receive dignified and humanized care.

Keywords: Neurodivergent individuals; Inclusive care; Public policies; Humanized care.

¹ Mestre em Ciências da Saúde pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, da Faculdade de Medicina do ABC -FMABC. Médico Supervisor do Programa Federal - PROVAB/Programa Mais Médicos - PMMB-UNA-SUS/UFCA. Especialista em Saúde da Família e Comunidade - FIP. Pós-Graduação: Aperfeiçoamento em Cuidados Paliativos; Plantonista do Pronto Socorro Adulto - Hospital São Vicente de Paulo - Barbalha - CE. Preceptor das disciplinas de urgência e emergência e cuidados paliativos - UFCA. Médico no ambulatório da dor e cuidados paliativos - Crato-CE. Graduado em Medicina pela Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública. <https://orcid.org/0009-0008-9151-6067>. sampaio.otavio1@gmail.com;

² Graduação em Medicina pela Universidade Christus (UNICHRISTUS), Fortaleza, Ceará, Brasil. Pós-graduação em Medicina do Trabalho e Estratégia da Saúde da Família pela Faculdades Integradas de Cruzeiro, São Paulo. Médico no Hospital Hap Vida, Fortaleza, Ceará, Brasil. lucasmacedobezerra@hotmail.com;

³ Hospital Hap Vida, Fortaleza, Ceará, Brasil. francianegoncalves85@gmail.com;

⁴ Mestre em Terapia Intensiva. Pós-graduada em Saúde da Família. Pós-graduada em Enfermagem de Urgência e Emergência. Pós-graduada em Enfermagem do Trabalho. Pós-graduada em Auditoria em Saúde. Formada em PHTLS® pelo Colégio Americano de Cirurgia/USP. Participou do ACLS®. Curso de APH pelas Faculdades Anhangüera - SP. Curso de Socorro de Urgência pelo Instituto Conheseres, Fortaleza-CE. Preceptora de Estágio Supervisionado das Faculdades Católica de Quixadá; Faculdade Leão Sampaio e Faculdade de Juazeiro do Norte. Diretora de Estratégia Saúde da Família na Coordenação de Atenção Básica da Secretaria Municipal de Saúde de Juazeiro do Norte-CE. tatianamenezesmarx@gmail.com;

⁵ Acadêmica de Medicina pela Faculdade de Medicina Estácio de Juazeiro do Norte (FMJ), Ceará, Brasil, hannaalvesmacedo@hotmail.com.

Desafíos y vías hacia una Atención Sanitaria Inclusiva para Personas Neurodivergentes

Resumen: El cuidado de la salud de las personas neurodivergentes presenta desafíos considerables que trascienden las barreras clínicas e incluyen elementos sociales, culturales y estructurales. Entre los principales desafíos se encuentran la falta de formación adecuada para que los profesionales comprendan las diversas expresiones de la neurodivergencia, la ausencia de protocolos adaptados a las necesidades individuales y la persistencia del estigma, que dificulta el acceso equitativo a los servicios de salud. Además, los problemas de comunicación y burocráticos exacerban la exclusión y restringen la autonomía del paciente. Por otro lado, las estrategias para una atención inclusiva implican la creación de políticas públicas centradas en la equidad, la formación continua de equipos multidisciplinarios, la promoción de prácticas centradas en la persona y la importancia de la escucha activa. Es fundamental crear espacios accesibles y acogedores, además de combatir los prejuicios, para garantizar que las personas neurodivergentes reciban una atención digna y humanizada.

Palabras-clave: Personas neurodivergentes; Atención inclusiva; Políticas públicas; Atención humanizada.

Pessoas Neurodivergentes: Desafios e Caminhos para um Cuidado Inclusivo em Saúde

Resumo: Cuidar da saúde de pessoas neurodivergentes traz desafios consideráveis que transcendem as barreiras clínicas, englobando elementos sociais, culturais e estruturais. Dentre os principais desafios, destacam-se a ausência de formação adequada para os profissionais entenderem as diversas expressões da neurodivergência, a falta de protocolos ajustados às demandas individuais e a continuidade do estigma, que prejudica o acesso igualitário aos serviços de saúde. Ademais, problemas de comunicação e burocracia agravam a exclusão e restringem a autonomia dos pacientes. Em contrapartida, estratégias para um cuidado inclusivo envolvem a criação de políticas públicas focadas na equidade, a capacitação constante de equipes multiprofissionais, a promoção de práticas centradas no indivíduo e a importância da escuta ativa. É fundamental criar espaços acessíveis e acolhedores, juntamente com o combate ao preconceito, para assegurar que indivíduos neurodivergentes recebam um atendimento digno e humanizado.

Palavras-chave: Pessoas neurodivergentes; Cuidado inclusivo; Políticas públicas; Atendimento humanizado.

Introdução

A neurodivergência é uma ideia que engloba diversas condições neurológicas, incluindo o Transtorno do Espectro Autista (TEA), o Transtorno de Déficit de Atenção

e Hiperatividade (TDAH), dislexia e outras variações cognitivas e comportamentais. Esse conceito, que tem ganhado destaque nos debates acadêmicos e sociais, visa validar a diversidade neurológica como um aspecto da pluralidade humana, desafiando as perspectivas patologizantes que historicamente dominaram o campo da saúde (Araújo; Silva; Zanon, 2023).

No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) foi estabelecido com os fundamentos da universalidade, integralidade e equidade, assegurando que todos os cidadãos possam acessar os serviços de saúde. No entanto, esses princípios encontram obstáculos consideráveis quando se trata de indivíduos neurodivergentes. Longas filas de espera, falta de protocolos adaptados e ambientes pouco acolhedores são alguns dos desafios que afetam a eficácia das políticas públicas e a qualidade do atendimento (Barros Lima Neto et al., 2024).

Além dos obstáculos estruturais, existem também dificuldades de natureza cultural e social. Tanto na sociedade quanto nas instituições de saúde, ainda existe estigma e preconceito em relação a pessoas neurodivergentes. Esse contexto agrava a exclusão e impede o desenvolvimento de práticas inclusivas. Pesquisas indicam que a discriminação afeta tanto o acesso quanto a continuidade do cuidado, tornando invisíveis as necessidades específicas e agravando as desigualdades (Araújo; Silva; Zanon, 2023; Câmara Dos Deputados, 2023).

A formação profissional é outro aspecto fundamental. A formação acadêmica dos profissionais de saúde ainda não é adequada para lidar com a variedade de condições neurológicas. Em diversos cursos de graduação, os temas ligados à neurodivergência são abordados de maneira superficial ou fragmentada, o que dificulta a habilidade de proporcionar um atendimento humanizado e personalizado. Experiências como a formação promovida pelo Hospital Regional do Sertão Central, no Ceará, mostram que treinamentos direcionados podem aprimorar consideravelmente o acolhimento e diminuir erros no atendimento (Secretaria Da Saúde Do Ceará, 2024).

Outro aspecto essencial é o respeito à singularidade. Cada indivíduo neurodivergente tem demandas específicas que não podem ser simplificadas a protocolos inflexíveis. O cuidado inclusivo requer abordagens focadas no indivíduo, que respeitem sua dignidade e autonomia. Isso envolve escuta ativa, ajustes nas rotinas hospitalares e flexibilização de procedimentos, entendendo que a diversidade neurológica é uma parte da diversidade humana (Araújo; Silva; Zanon, 2023).

No âmbito das políticas públicas, propostas recentes como o Projeto de Lei n.º 5.499/2023 visam estabelecer orientações para cuidado integral, formação profissional e inclusão social. Embora tenham havido avanços, ainda existem deficiências na implementação, principalmente no que diz respeito à equidade regional e à integração intersetorial entre saúde, educação e assistência social (Câmara Dos Deputados, 2024; Lucas; Carvalho, 2026; Souza Junior; Santos, 2025).

Assim, é fundamental debater os obstáculos e as estratégias para um atendimento inclusivo à saúde de pessoas neurodivergentes a fim de fomentar mudanças culturais e estruturais. A fim de garantir equidade e dignidade, é preciso investir em formação profissional, respeitar a individualidade, combater o preconceito e implementar políticas públicas eficazes. O reconhecimento da diversidade neurológica reforça o compromisso social com os direitos humanos e a inclusão, estabelecendo um sistema de saúde que prioriza não só a cura, mas também a dignidade e a autonomia de cada pessoa.

O Ingresso no Sistema de Saúde

O Sistema Único de Saúde (SUS) assegura acesso para todos, porém indivíduos neurodivergentes lidam com longas esperas, ausência de protocolos adaptados e ambientes pouco receptivos. A falta de processos simplificados para diagnóstico e tratamento especializado prejudica a eficácia das intervenções (Barros Lima Neto et al., 2024; Cirino, 2025).

O Sistema Único de Saúde (SUS) foi criado para assegurar que toda a população brasileira tenha acesso universal e completo aos serviços de saúde. Contudo, ao lidar com pessoas neurodivergentes, esse princípio encontra desafios práticos que afetam sua eficácia. As longas filas para consultas especializadas, a falta de protocolos adaptados às necessidades individuais e a ausência de ambientes acolhedores que não levam em conta questões sensoriais ou comunicacionais específicas são alguns dos principais desafios (Barros Lima Neto et al., 2024).

Ademais, a falta de processos simplificados para diagnóstico e tratamento especializado causa atrasos consideráveis, afetando diretamente a qualidade de vida e a independência dessas pessoas. Em várias situações, o procedimento de encaminhamento

no SUS é burocrático e desarticulado, o que complica a continuidade do atendimento (Cirino, 2025).

A desigualdade regional é outro aspecto importante: enquanto os grandes centros urbanos oferecem uma ampla gama de serviços especializados, as áreas periféricas e rurais enfrentam uma falta de profissionais qualificados e de infraestrutura adequada. Essa desigualdade intensifica a exclusão e restringe o acesso justo, indo contra os preceitos de universalidade e integralidade estabelecidos na Constituição Federal e na Lei Orgânica da Saúde (Brasil, 1990).

Assim, para que o SUS exerça plenamente sua função social, é preciso investir em protocolos inclusivos, formação de equipes multiprofissionais e infraestrutura acessível, assegurando que pessoas neurodivergentes tenham acesso digno e eficaz aos cuidados de saúde.

Formação Profissional

A capacitação dos profissionais de saúde ainda não é adequada para enfrentar a diversidade neurológica. Experiências como a formação promovida pelo Hospital Regional do Sertão Central demonstram que treinamentos especializados aprimoram o acolhimento e diminuem erros no atendimento (Secretaria Da Saúde Do Ceará, 2024). A formação continuada é fundamental para assegurar práticas fundamentadas em evidências (Faculdade IDE, 2026; IPOG, 2026).

A capacitação dos profissionais de saúde no Brasil ainda não é adequada para enfrentar a diversidade neurológica. Em muitos cursos de graduação, os conteúdos sobre neurodivergência são apresentados de maneira fragmentada ou superficial, o que dificulta o desenvolvimento de práticas inclusivas. Essa deficiência na formação leva a atendimentos pouco personalizados, que frequentemente não levam em conta as particularidades sensoriais, comunicativas e cognitivas das pessoas neurodivergentes (Faculdade IDE, 2026).

Experiências práticas mostram que programas de formação específicos podem melhorar o acolhimento e diminuir problemas no atendimento. Um exemplo disso é a ação do Hospital Regional do Sertão Central (HRSC), no Ceará, que ofereceu capacitações focadas no atendimento a pacientes neurodivergentes. A iniciativa teve como objetivo conscientizar e capacitar equipes multiprofissionais para identificar

sinais de diversas condições e ajustar práticas clínicas, o que resultou em maior empatia e qualidade no atendimento (Secretaria Da Saúde Do Ceará, 2024).

Outro aspecto fundamental é a formação continuada. Cursos de especialização e programas de educação continuada, como os disponibilizados pelo Instituto de Pós-Graduação e Graduação (IPOG), têm dado destaque a práticas fundamentadas em evidências, como a Análise do Comportamento Aplicada (ABA), além de técnicas de comunicação inclusiva e gestão de ambientes hospitalares (IPOG, 2026). Essas ações ajudam os profissionais a desenvolver habilidades que transcendem a técnica, integrando valores de respeito à individualidade e equidade.

Assim, investir em formação profissional é uma exigência não só técnica, mas também ética e social. A criação de um sistema de saúde inclusivo requer a formação apropriada de seus profissionais, habilitados para proporcionar um atendimento respeitoso e humanizado às pessoas neurodivergentes.

Respeito à Individualidade

Cada indivíduo neurodivergente tem demandas distintas. O cuidado inclusivo requer escuta ativa, ajustes nos protocolos e flexibilização das rotinas hospitalares, considerando a singularidade como elemento fundamental do atendimento (Araújo; Silva; Zanon, 2023).

Cada indivíduo neurodivergente tem demandas específicas que não podem ser simplificadas a protocolos padronizados. O cuidado inclusivo requer escuta ativa, ajustes nos protocolos e flexibilização das rotinas hospitalares, considerando a singularidade como elemento fundamental do atendimento (Araújo; Silva; Zanon, 2023).

A escuta ativa é essencial para entender tanto os sintomas clínicos quanto as vivências subjetivas e sociais que formam a vida de uma pessoa neurodivergente. Esse procedimento possibilita que os profissionais de saúde estabeleçam relações de confiança e ofereçam intervenções mais apropriadas às necessidades de cada pessoa.

A adaptação de protocolos clínicos é outro ponto importante. Práticas médicas e hospitalares geralmente aderem a padrões estritos, o que pode causar desconforto ou até mesmo tornar o atendimento inviável. A qualidade do cuidado pode ser significativamente melhorada com ajustes simples, como oferecer mais tempo nas

consultas, diminuir os estímulos sensoriais em hospitais ou flexibilizar as rotinas de internação (Araújo; Silva; Zanon, 2023).

Ademais, respeitar a singularidade significa entender que a neurodivergência não é uma condição uniforme. Cada pessoa pode ter diferentes maneiras de se comunicar, graus de independência e demandas de apoio. Assim, em vez de tentar encaixar a pessoa em padrões normativos de saúde, o atendimento deve ser focado no indivíduo, respeitando sua autonomia e dignidade.

Esse enfoque ajuda a combater práticas excludentes e fortalece a visão da neurodiversidade como um aspecto da diversidade humana, fomentando um sistema de saúde mais equitativo e inclusivo.

Estigma e Discriminação

O preconceito social e institucional continua sendo um obstáculo. A discriminação afeta tanto o acesso quanto a qualidade do atendimento, agravando a exclusão e a invisibilidade. Projetos de lei recentes visam tornar o preconceito contra pessoas neurodivergentes um crime, equiparando-o ao racismo (Câmara Dos Deputados, 2023; 2024).

O estigma social e institucional continua sendo um obstáculo importante para o acesso e a qualidade do atendimento à saúde de indivíduos neurodivergentes. A discriminação, frequentemente expressa por meio de atitudes de desvalorização ou invisibilização, prejudica a eficácia das políticas públicas e intensifica processos de exclusão. Esse contexto leva à percepção de pessoas neurodivergentes como "difíceis" ou "problemáticas", o que perpetua a negligência e a medicalização excessiva (Araújo; Silva; Zanon, 2023).

No contexto institucional, a inadequação das equipes de saúde para lidar com a diversidade neurológica intensifica preconceitos e dificulta a criação de ambientes receptivos. O estigma não só impacta a vivência do paciente, como também impede a criação de protocolos inclusivos, gerando obstáculos extras para o cuidado integral (Barros Lima Neto et al., 2024).

Recentemente, projetos de lei têm sido apresentados para criminalizar o preconceito contra pessoas neurodivergentes, equiparando-o ao racismo. O Projeto de Lei n.º 5.499/2023, atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados, sugere a

implementação da Política Nacional de Proteção às Pessoas Neurodivergentes, com o objetivo de estabelecer diretrizes para combater o estigma e fomentar a inclusão social (Câmara Dos Deputados, 2023). No ano de 2024, a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência deu um parecer positivo ao projeto, enfatizando a importância de políticas públicas que promovam a equidade (Câmara Dos Deputados, 2024).

Essas propostas legislativas constituem progressos significativos, porém sua eficácia depende da integração entre políticas públicas, formação profissional e campanhas de sensibilização social. Apenas com a combinação desses elementos poderemos diminuir o estigma e assegurar que pessoas neurodivergentes recebam um atendimento digno e humanizado.

Políticas de Saúde e Justiça Social

Políticas públicas recentes, como o Projeto de Lei 5499/2023, estabelecem orientações para cuidado integral, formação profissional e inclusão social (Câmara dos Deputados, 2024). Contudo, ainda existem lacunas na implementação, principalmente no que diz respeito à equidade regional e à integração intersetorial (Lucas; Carvalho, 2026; Souza Junior; Santos, 2025).

Nos últimos anos, as políticas públicas direcionadas a pessoas neurodivergentes têm progredido, principalmente por meio de iniciativas legislativas que visam assegurar atenção integral e inclusão social. O Projeto de Lei n.º 5.499/2023, que está em tramitação na Câmara dos Deputados, cria a Política Nacional de Proteção às Pessoas Neurodivergentes. Essa política define diretrizes para a formação profissional, promoção da igualdade e combate à discriminação (Câmara Dos Deputados, 2024). Essa proposta constitui um passo significativo na busca pela consolidação de direitos e garantia de um sistema de saúde brasileiro mais inclusivo.

Contudo, mesmo com os avanços normativos, ainda existem lacunas na aplicação prática dessas políticas. A desigualdade regional, que restringe o acesso a serviços especializados em regiões periféricas e rurais, e a ausência de integração intersetorial entre saúde, educação e assistência social estão entre os maiores obstáculos. Essa divisão prejudica a eficácia das ações e impede a criação de um cuidado integral (Lucas; Carvalho, 2026).

Ademais, pesquisas indicam que a falta de mecanismos de monitoramento e avaliação das políticas públicas direcionadas à neurodivergência contribui para a invisibilidade desses grupos. É imprescindível que o Estado atue de forma proativa para garantir a acessibilidade e inclusão, assegurando não só a equidade no acesso, mas também na qualidade do serviço prestado (Souza Junior; Santos, 2025).

Assim, para que as políticas de saúde para pessoas neurodivergentes sejam eficazes, é essencial priorizar a equidade regional, a integração intersetorial e o acompanhamento constante. Apenas dessa forma poderemos converter diretrizes legais em práticas efetivas que garantam dignidade.

Conclusão

Em resumo, o cuidado em saúde inclusivo para indivíduos neurodivergentes demanda não só alterações estruturais, mas também mudanças culturais significativas. É fundamental vencer obstáculos como a ausência de protocolos adaptados, ambientes pouco receptivos e desigualdade regional para assegurar que o princípio da universalidade do SUS seja realmente implementado.

Uma das bases dessa mudança é investir em formação profissional. A capacitação contínua, fundamentada em evidências científicas e práticas humanizadas, possibilita que os profissionais adquiram habilidades para lidar com a diversidade neurológica, minimizando erros no atendimento e fomentando maior empatia, conforme recomendações da Secretaria da Saúde do Ceará, desde 2024.

O respeito à singularidade é outro aspecto fundamental. Cada indivíduo neurodivergente tem demandas específicas, e o atendimento deve ser personalizado, respeitando sua autonomia e dignidade. A escuta ativa e a adaptação de protocolos clínicos são essenciais para assegurar um atendimento mais equitativo e inclusivo.

Além disso, observou-se ser essencial o combate ao estigma e ao preconceito. A discriminação afeta tanto o acesso quanto a qualidade do atendimento, agravando a exclusão e a invisibilidade. Projetos de lei recentes, como o PL 5.499/2023, são extremamente importantes e necessários, na medida em que visam tornar crime o preconceito contra indivíduos neurodivergentes, equiparando-o ao racismo, além de estabelecer políticas de proteção e inclusão.

Portanto, conclui-se que, a implementação de políticas públicas eficazes e equitativas é o caminho para consolidar progressos. Além de mecanismos de monitoramento e avaliação que garantam a eficácia das ações, é preciso assegurar a integração entre os setores de saúde, educação e assistência social.

A valorização da diversidade neurológica reforça o compromisso social com os direitos humanos e a inclusão, fomentando um sistema de saúde que não só cuida de doenças, mas também respeita a dignidade e a individualidade de cada pessoa.

Referências

ARAÚJO, Ana Gabriela Rocha; SILVA, Monica Aparecida da; ZANON, Regina Basso. Autismo, neurodiversidade e estigma: perspectivas políticas e de inclusão. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 27, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-35392023-247367-t>.

BARROS LIMA NETO, Antônio Fernandes et al. SUS para neurodivergentes. *Revista Contemporânea*, v. 4, n. 10, 2024. DOI: <https://doi.org/10.56083/RCV4N10-092>.

BRASIL. *Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990*. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes. Diário Oficial da União, Brasília, 1990.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Comissão aprova projeto que cria política de proteção a pessoas neurodivergentes*. Brasília, 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Projeto de Lei nº 5.499, de 2023*. Institui a Política Nacional de Proteção às Pessoas Neurodivergentes. Brasília, 2023.

CIRINO, Gabriel. *O SUS e os desafios neurodivergentes*. Blog da Braine, 2025.

FACULDADE IDE. *Terapia Ocupacional na Neurodivergência*. Fortaleza, 2026.

IPOG – Instituto de Pós-Graduação e Graduação. *Análise do Comportamento Aplicada (APA) e Neurodivergências*: práticas de intervenção e supervisão clínica. Brasília, 2026.

LUCAS, Alexandre Juan; CARVALHO, Giane Elis de. Políticas públicas de saúde para pessoas com TEA e outras neurodivergências. *Anais do XXVI Encontro Científico da UNIP*, 2026.

SECRETARIA DA SAÚDE DO CEARÁ. *HRSC capacita equipes para acolher pacientes neurodivergentes*. Quixeramobim, 2024.

SOUZA JUNIOR, José Wilson Freitas; SANTOS, Eric Murilo de Souza Andrade. Direitos fundamentais e neurodivergência: o papel do Estado na garantia de

acessibilidade e inclusão. *Revista Fisioterapia & Terapia Ocupacional*, v. 29, 2025.
DOI: 10.69849/revistaft/cl10202509261114.

●

Recebido: 13/04/2026; Aceito: 21/06/2026; Publicado: 30/06/2026